



Redes sociais e políticas culturais: usos e alternativas da juventude para a participação cultural¹

Nataly de Queiroz Lima²

Maria Salett Tauk Santos³

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE

Resumo

O texto identifica e analisa as políticas públicas culturais voltadas para a juventude do município de São Joaquim do Monte, em Pernambuco, e sua relação com as redes sociais articuladas por jovens na localidade. Na sociedade da informação, as políticas culturais cumprem um papel fundamental no acesso a bens simbólicos, na questão identitária de um povo, além de ser estratégia de inserção ativa e resignificação simbólica de grupos locais na aldeia global. Trata-se de um estudo de caso utilizando técnicas combinadas de coleta de dados, como a entrevista semi-estruturada e análise documental. O estudo evidenciou que em uma conjuntura de escassez de políticas, as redes sociais têm cumprido o papel impulsionador do protagonismo juvenil sem, no entanto, prescindir das políticas públicas culturais.

PALAVRAS-CHAVE: Redes sociais; Cultura; Políticas Culturais; Juventude Rural

Corpo do trabalho

Este artigo tem como objetivo identificar e analisar as políticas públicas culturais voltadas para a juventude do município de São Joaquim do Monte, em Pernambuco, e sua relação com as redes sociais articuladas por jovens na localidade, mapeando estas experiências e analisando as suas formas de funcionamento. Este estudo é resultado de duas pesquisas maiores realizadas sob o escopo das disciplinas *Fundamentos da Comunicação e do Desenvolvimento Local* e *Comunicação e Culturas Populares*, do programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Na sociedade da informação, as políticas públicas culturais cumprem um papel fundamental no acesso a bens simbólicos, na promoção da história cultural e identitária de um povo, além de ser estratégia de inserção ativa e resignificação simbólica de grupos locais na aldeia global. Com a capitalização do cultural pelos mercados, também

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 10 a 12 de junho de 2010.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco

³ Profa. Dra. do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco



é possível perceber “uma disputa entre os que defendem a política de cultura como afirmação da cidadania e os que buscam reforçá-la como mecanismo para a propagação da indústria cultural”. (MEDEIROS; BENITEZ, 2009, p.13)

Como formas de resolução de problemas coletivos e pró-ação em prol da qualidade de vida de grupos sociais, as políticas públicas de cultura possuem um importante papel para a coesão social, articulação comunitária e senso de pertença. A polissemia do termo cultura, associada à pós-moderna paisagem política e econômica das sociedades, compõem um mosaico de entendimentos distintos sobre a significação do mesmo. Ainda assim é possível afirmar que a cultura se apresenta como articuladora das relações sociais, políticas e econômicas na atualidade: “hoy día se afirma que la cultura es un eje central de desarrollo de las sociedades”. (GARRETON, 2003, p. 20)

La cultura puede definirse como una doble dimensión: ella es patrimonio acumulado y en permanente renovación y crecimiento de creaciones materiales y espirituales, procesos de creación y de creatividad de grupos sociales, artistas, intelectuales o científicos, y aparatos, industrias e instituciones que cristalizan estos procesos. La cultura es también la dimensión más amplia e intangible de respuestas a la pregunta por el sentido personal y colectivo, a través de creencias, saberes y prácticas. (GARRETON, 2003, p. 20)

Tal polissemia tem implicações práticas nas políticas públicas. Principalmente em um período histórico em que falar de desenvolvimento, de comunicação, de cultura é contemplar as discussões sobre o local e o global, entre hegemônico e contra-hegemônico. Trata-se de se localizar em uma sociedade-mundo, com acessos desiguais a bens materiais e simbólicos, permeada por complexidades e movimentos de aceitação e resistência que não podem ser contempladas por visões reducionistas.

Hay quienes piensan que la función de la promoción cultural y de la educación sería combatir una cultura de masas y el consumo masivo de cultura. En las políticas culturales, los estados latinoamericanos piensan todavía que ocuparse de la cultura es hacer algo de las *bellas artes*. Cuando distribuyen el presupuesto suelen dejar de lado los medios masivos, las industrias culturales, como si el Estado no tuviera nada que decir en esos escenarios. Y con los procesos de privatización se disculpan más fácilmente: privatizan canales de televisión, radios, teléfonos, como si no tuvieron nada que ver con el interés público. (CANCLINI, 1997, p. 45)

Em comunidades tradicionais, como as rurais, a discussão do acesso às políticas de cultura é polarizada pela desigual possibilidade de participação ativa na sociedade da informação e pelo amplo consumo de bens das indústrias culturais, cuja produção está,



muitas vezes, distante das realidades em que vivem. É o caso, por exemplo, de São Joaquim do Monte, município localizado no agreste de Pernambuco e que possui cerca de 20.869 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007).

Em Pernambuco, a política cultural também chamada de “Constituinte Cultural de Pernambuco”, institucionalizada em 2007, parece seguir a proposta do governo federal com investimento descentralizado em produções culturais populares, através do incentivo à formação de pontos de cultura, e do resgate dos elementos tradicionais das manifestações populares⁴. A formação de Pontos de Cultura também está no rol das ações, no qual se considera a preservação da cultura de raiz em seus territórios de “origem”. Pernambuco possui cerca de 200 pontos, distribuídos pelo Estado. Nenhum está localizado em São Joaquim do Monte, o *locus* da nossa pesquisa. Os mais próximos estão nas cidades de Garanhuns e Caruaru. A manutenção destes espaços se dá através do repasse de recursos do governo federal, através do Programa Mais Cultura do Ministério da Cultura.

Criado em 2003, o Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura), que se tornou referência nacional pela proposta de integrar as ações de incentivo à produção cultural no Estado, foi mantido. Segundo a FUNDARPE (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco), foi realizado um incremento de 200% nos recursos destinados para produções independentes. Tal panorama, no entanto, demonstra a escassez de iniciativas de promoção da cultura e acesso ao mesmo para os jovens de São Joaquim do Monte e Barra do Riachão, os quais não figuram no mapa das intervenções da Constituinte Cultural de Pernambuco.

Nesta cidade, em que a maior parte da população possui até 24 anos (IBGE, 2007), a escassez de políticas públicas pode ter reflexos negativos no desenvolvimento local. Para Canclini, as políticas culturais são um conjunto de “intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social”. (CANCLINI, 2001, p.65)

Na ausência das intervenções do Estado, os jovens da localidade têm se articulado em grupos e participado de redes sociais. Este movimento parece seguir no sentido da concertação de uma situação que se quer modificar. Os jovens de São

⁴ <http://www.fundarpe.pe.gov.br>, acessado em 02 de junho de 2009.



Joaquim do Monte estão envolvidos em grupos como de dança e teatro, como o Folcloarte; em uma banda de Rock; um grupo de Hip Hop; em cooperativa de Design, entre outros.

Nestes contextos, as redes sociais assumem uma forma de articulação solidária entre indivíduos que possuem identificações identitárias e possui um significativo potencial de ativar capacidades endógenas individuais e coletivas.

A rede, como qualquer outra invenção humana, é uma construção social. Indivíduos, grupos, instituições ou firmas desenvolvem estratégias de toda ordem (políticas, sociais, econômicas e territoriais) e se organizam em rede. A rede não constitui o sujeito da ação, mas expressa ou define a escala das ações sociais. As escalas não são dadas a priori, porque são construídas nos processos. Como os objetos são conflituosos, as escalas são ao mesmo tempo objeto e arena de conflitos (DIAS, 2007, p.23).

Entre as décadas de 1970 e 1980, ganha fôlego no país as redes movimentistas, ou seja, experiências de articulação de grupos sociais mais ou menos organizados em pautas de natureza fragmentária e específica, em especial no meio urbano popular. Scherer-Warren postula que tais coletivos, em geral, possuem formas solidarísticas ou estratégias de instrumentalização de alguns movimentos, mas que três dimensões devem ser consideradas nas análises: a temporalidade, a espacialidade e a sociabilidade. A primeira corresponde aos mecanismos de conexão de tempos sociais distintos; a segunda, a criação de territorialidades, sejam virtuais ou presenciais; e a última, as novas formas de relações sociais, sua intensidade, intencionalidade, significado e abrangência (SCHERER-WARREN, 2007, p. 37).

As redes de movimentos sociais se formam em um complexo sistema de reconhecimento, no qual as identidades são causa e consequência da formação de um núcleo coletivo, visto que o reconhecimento pode ser impulsionador da aglutinação dos atores sociais, mas também suas percepções e sua relação identitária podem ser reformuladas em um processo dialógico. Estas articulações se conectam através de: identificações sociais, éticas, culturais e/ou político-ideológicas; de intercâmbios, negociações, definição de campos de conflito e resistência; e aos mecanismos de discriminação, dominação ou exclusão sistemática; com vistas à transposição dos limites desta situação sistêmica na direção da realização de propostas ou projetos alternativos, ou seja, estabelecem seus objetivos, ou constroem um projeto para o movimento (SCHERER-WARREN, 2007, p. 36).



As formas de articulação e funcionamento destas redes em São Joaquim do Monte são diversas. Para além dos jovens que estão participando de redes presenciais, há os que ocupam ativamente os espaços virtuais. No orkut, uma das redes de relacionamentos virtuais mais acessada por brasileiros, existem 24 comunidades associadas diretamente à cidade.

É preciso destacar que na cidade faltam veículos de comunicação locais. Havia uma rádio comunitária na localidade, que funcionava há um ano, mas foi lacrada pela ANATEL no primeiro semestre de 2009. Os meios de comunicação virtuais parecem que são buscados pelos jovens para suprir essa lacuna, seja pelos programas de comunicação instantânea (Gtalk, MSN), sites de relacionamento, e-mails, entre outros. Não é despropositadamente que a utilização das novas tecnologias nos modelos de comunicação rural são objetos de estudo de vários autores, especialmente num momento em que os jovens rurais, como cita Ângelo Brás Callou, “mesclam desejos de inserção na cultura urbana, tecnológica, mais individualizada, sem perder os vínculos com a cultura local”. (QUEIROZ *et all*, 2009)

O rural contemporâneo tem constituição complexa e, por isso, faz-se relevante o estudo sobre as populações do campo. As redes tecnológicas e sociais estão presentes no cotidiano da quase totalidade da população mundial, mas a dinâmica de negociação de sentidos e usos de bens materiais e culturais é campo de disputa entre hegemonia e contra-hegemonia, resignificações e rejeições.

Estamos diante de uma profunda reconfiguração das culturas – camponesas, indígenas, negras -, que responde não somente à evolução dos dispositivos de dominação, mas também a intensificação de sua comunicação com as outras culturas de cada país e mundo. No interior das comunidades, esses processos de comunicação são percebidos ao mesmo tempo como outra forma de ameaça à sobrevivência de suas culturas e como uma possibilidade de romper a exclusão, como experiência de interação que comporta risco, também abre novas figuras de futuro, pois há nessas comunidades menos complacência nostálgica para com as tradições e maior consciência da indispensável reelaboração simbólica que exige a construção do futuro. (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 64-65)

As TICs parecem impor ao meio rural (assim como ao meio urbano) o desafio de se pensar na desestabilização dos conceitos de “participação” e de “comunitário” em uma sociedade da informação linkada por redes. Nas cidades, o conceito de participação, de comunidade, de política e de cultura se apresentam em um intenso embate em resistir a individualização, ao massivo-hegemônico ou adaptar-se ao novos elementos da pós-modernidade capitalista. Experiências em rede têm demonstrado as



possibilidades de culturas populares, espaços locais refuncionalizarem peças, informações e modos de interação hegemônicos.

Na conjuntura contemporânea, que compreende, entre outros fatores, as relações entre o global e o local, as redes de comunicação têm uma influência direta na construção de práticas e estratégias de interação, com relações em vias de mão dupla entre os diversos níveis para a construção do desenvolvimento local. Essa é uma das características das redes, que favorecem a troca de informações e as negociações entre pessoas e organizações de diferentes lugares, numa velocidade capaz de antecipar o tempo, reduzir distância e ampliar as formas de interação (TAUK Santos *et al*, 2009, p. 253).

Em São Joaquim do Monte, o distrito de Barra do Riachão é o que apresenta a mais expressiva experiência de participação em redes sociais. A localidade integra a Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis como objetivo promover uma maior interação nos municípios entre poder público e sociedade civil a fim de melhorar os indicadores de desenvolvimento social que, em algumas localidades no Nordeste do Brasil, são baixos. A articulação dos municípios é realizada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) através do Núcleo de Saúde Pública e Desenvolvimento Social (NUSP), pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado – SEPLAG/Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM e pela Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA).

A participação na Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis possibilitou a criação de um grupo de design, intitulado Arte Calango, o qual foi responsável por uma refuncionalização da confecção de redes de pesca – atividade historicamente produtiva das mulheres. Utilizando o mesmo ponto de costura, elas passaram a produzir blusas, echarpes e outras peças de moda, que ganharam expressão estadual. Materiais de divulgação em sites de parceiros, folders, etc, passaram a dar suporte à diversificação da atividade produtiva local.

As poucas iniciativas governamentais de melhoria da qualidade de vida fizeram com que, em maior ou menor grau, as populações locais se organizassem em redes para ora captar apoios e recursos para realizar atividades em prol do desenvolvimento local, ora para articular esforços endógenos de promoção dos capitais humano e social. Em Barra do Riachão, a população não tem acesso à internet – por falta de políticas de inclusão digital, mas também por motivos tecnológicos: não há cabos que permitam a



conexão com a *word web wild* – mas internamente lança mão de estratégias presenciais, como reuniões periódicas, de articulação comunitária e produtiva.

Neste contexto, as redes se apresentam como potencializadores, como formas de melhorar a comunicação, de possibilitar o empoderamento dos sujeitos e de ampliação do raio de intervenção criativa sobre o real. Este processo, no entanto, não é isento de conflitos. Isto porque estamos tratando de sociedades plurais. Na atualidade, as populações rurais, destacadamente os jovens, demonstram que são cosmopolitas e multiculturais. Segundo Martín-Barbero, “dois processos estão transformando radicalmente o lugar da cultura em nossas sociedades: a revitalização das identidades e a revolução das tecnicidades” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 54).

Em São Joaquim do Monte foi possível perceber a fragilidade da maior parte das redes sociais. Se a escassez das políticas públicas parece ser motivadora das articulações em redes também podem ser a causa da fragilidade das mesmas. Isto porque o incentivo, através de políticas, à cultura local permite a identificação, que por sua vez, pode se materializar em mobilização. Ao sentir-se grupo coeso, diverso, porém com pontos de convergência, há o incentivo ao trabalho conjunto. O reconhecimento dos sujeitos sociais com vínculos culturais, políticos, econômicos, entre outros, é indispensável para ativar a participação política em prol do desenvolvimento local, apesar de não existirem fórmulas para tais processos.

Cultura significa produto tipicamente humano e social, no sentido da ativação das potencialidades e da criatividade de cada sociedade, com relação ao desenvolvimento de si mesma e ao relacionamento com o ambiente. É marca do homem sobre a terra, principalmente na região simbólica, como capacidade de se criar e desdobrar em suas potencialidades próprias e como capacidade de interagir com as circunstâncias externas dadas. Nisto está precisamente sua característica política, entendida como capacidade de fazer a história. (DEMO, 1996, p. 55).

A cultura entendida é espaço articulador de potencialidades. Por isso, as políticas culturais definem uma importante agenda social: “a abrangência de uma política cultural a aproxima de uma estratégia de desenvolvimento de um território, além de dar sentido a uma ação pública capaz de integrar todas as políticas no território” (MEDEIROS; BENITEZ, 2009, p. 29-30)

Na complexa dinâmica das sociedades globalizadas, onde estão inseridas as realidades locais rurais, é fundamental entender as capacidades culturais como pontos de convergência para incentivar as articulações em prol de direitos e desenvolvimento



com equidade e sustentabilidade, ou seja, de desenvolvimento local. Neste processo, a importância dos produtos culturais e mesmo dos veículos de comunicação nas realidades locais dependem menos da quantidade e diversidade de informação circulante do que da capacidade de mobilização que eles geram (MARTIN-BARBERO, 2003, p. 68-69). As redes sociais têm cumprido esse papel em alguns espaços, mas as políticas públicas de cultura se mostraram como elementos fundamentais para dar espaço protagonístico às potencialidades locais, fortalecendo-as para uma real inserção nas malhas da sociedade global da informação. Não como espectadora, mas capaz de interagir de forma propositiva e intervencionista para a melhoria da qualidade de vida.

Referências

CANCLINI, Néstor García. **Cultura y comunicación: entre lo local y lo global**. Buenos Aires: Ediciones de Periodismo y Comunicación, 1997. p. 29-46.

CANCLINI, Nestor García. **Definiciones en transición**. CLACSO. Buenos Aires, 2001.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

DIAS, Leila Christina. **Os sentidos da rede: notas para uma discussão**. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima (ORG). *Redes, sociedades e territórios*. 2.ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. p. 11 – 28.

GARRETÓN, Manuel Antonio (Org). **Espacio cultural latinoamericano: bases para uma política cultural de integración**. Santiago, Chile: Fondo de Cultura Económica, 2003.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Globalização comunicacional e transformação cultural**. In: MORAES, Dênis (org). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003. p. 57-86.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Tecnicidades, identidades e alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século**. In: MORAES, Dênis de (Org) . *Sociedade Mediatizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 51 – 79.

MEDEIROS, Alzira; BENITEZ, R. Alejandro. **Políticas públicas de cultura e participação popular**. In: Calou, Angelo Brás Fernandes; TAUK SANTOS, Maria Salett; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes. *Comunicação, gênero e cultura em comunidades pesqueiras contemporâneas*. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2009. p. 13-33.

QUEIROZ, Nataly *et all*. **Política de cultura, juventude rural e desenvolvimento local: uma análise da comunicação jornalística e tecnológica no cotidiano dos jovens rurais de São Joaquim do Monte**. JEPEX. Recife, 2009.

SHERER-WARREN, Ilse. **Redes sociais: trajetórias e fronteiras**. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima (ORG). *Redes, sociedades e territórios*. 2.ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. p. 29 – 50.

TAUK SANTOS, Maria Salett *et al.* **Produção cultural na pesca artesanal na Ilha de Deus**. In: Calou, Angelo Brás Fernandes; TAUK SANTOS, Maria Salett; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes. *Comunicação, gênero e cultura em comunidades pesqueiras contemporâneas*. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2009. p.235-249.